

## APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação mensal da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim do mês de julho será apresentado um estudo sobre as negociações coletivas no primeiro semestre de 2007, conjuntura econômica, indicadores econômicos como mercado de trabalho, índices de inflação e outras informações importantes, além do desempenho da Indústria de uma maneira geral.

Como de costume, trazemos também alguns indicadores econômicos úteis à vida sindical, como por exemplo, a pesquisa de emprego e desemprego feita em seis regiões metropolitanas brasileiras e a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras.

## ÍNDICE

Boletim de Conjuntura - Julho de 2007

**José Calixto Ramos** – Presidente

**Alessandra de Moura Cadamuro** - Responsável Técnico

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria  
Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte -  
CEP: 70730-517 - Brasília - DF

Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001

**E-mail: [cnti@cnti.org.br](mailto:cnti@cnti.org.br) Site: [www.cnti.org.br](http://www.cnti.org.br)**

- I - BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES DOS REAJUSTES SALARIAIS NO 1º SEMESTRE DE 2007
- II - CONJUNTURA ECONÔMICA
- III - INDICADORES ECONÔMICOS
- IV - DESEMPENHO SETORIAL

**Entre em contato conosco pelo e-mail:**

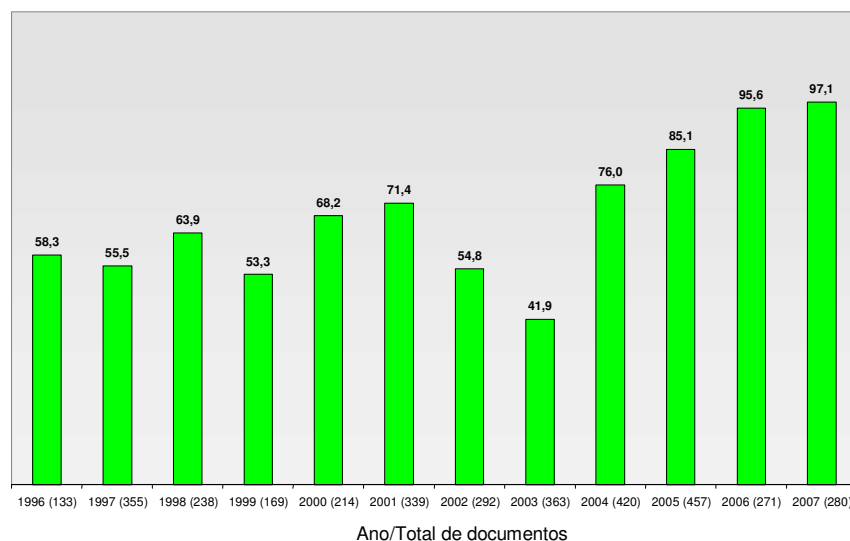
**[sucnti@dieese.org.br](mailto:sucnti@dieese.org.br)**

## 1 – BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES DOS REAJUSTES SALARIAIS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007

As negociações de reajustes salariais do primeiro semestre de 2007 apresentaram resultados satisfatórios aos trabalhadores, conforme atestam as informações contidas no SAS-DIEESE (Sistema de Acompanhamento de Salários). Quase a totalidade (97%) das 280 unidades de negociação registradas entre janeiro e junho deste ano foi capaz de recompor as perdas salariais acumuladas desde a última data-base com reajustes salariais iguais ou superiores à variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

### GRÁFICO 1

Percentual de reajustes salariais iguais ou superiores ao INPC-IBGE  
Brasil – janeiro a junho – 1996-2007



Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Este cenário é praticamente idêntico ao observado no mesmo período de 2006, quando 96% do total de negociações atingiram esse resultado (Gráfico 1).

A proporção de negociações que agregaram ganhos reais aos salários nos seis primeiros meses de 2007 foi de 88% do total das informações analisadas, confirmando a tendência de melhora observada desde 2004.

A Tabela 1 mostra a distribuição dos reajustes salariais obtidos em percentuais equivalentes, inferiores e superiores à variação do INPC-IBGE em intervalos de 0,5%§. Observa-se que apenas 3% das negociações analisadas fixaram reajustes insuficientes para repor as perdas ocasionadas pela corrosão inflacionária e, exceto em um caso, todos eles ficaram distantes em menos de 0,5% do INPC-IBGE acumulado. Também reajustamentos idênticos à variação deste índice tiveram pequena ocorrência e estiveram presentes em cerca de 10% do total das negociações.

Já o exame dos percentuais que ultrapassaram a variação do INPC-IBGE mostra que 35% destes o superaram em até 1% e dois terços, em, no máximo, 2%. Ainda é interessante destacar que aproximadamente 20% das negociações conquistaram ganhos reais superiores a 2%.

§ Utilizou-se intervalo de 0,5 p. até o limite de 3,0%. A partir daí – e até 5% – este foi estipulado em 1 dada a baixa frequência de reajustes salariais neste patamar.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

**TABELA 1**  
**Distribuição dos reajustes salariais**  
**em comparação com o INPC-IBGE**  
**Brasil – janeiro a junho de 2007**

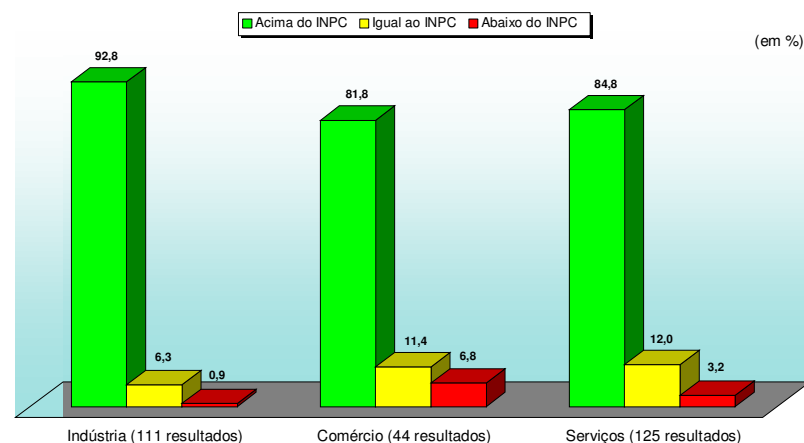
Variação	Nº	%
<b>Acima do INPC-IBGE</b>	<b>245</b>	<b>87,5</b>
acima de 5,00%	5	1,8
de 4,01% a 5,00%	7	2,5
de 3,01% a 4,00%	11	3,9
de 2,51% a 3,00%	8	2,9
de 2,01% a 2,50%	25	8,9
de 1,51% a 2,00%	56	20,0
de 1,01% a 1,50%	35	12,5
de 0,51% a 1,00%	64	22,9
de 0,01% a 0,50%	34	12,1
<b>Igual ao INPC-IBGE</b>	<b>27</b>	<b>9,6</b>
<b>Abaixo do INPC-IBGE</b>	<b>8</b>	<b>2,9</b>
de -0,01% a -0,50%	7	2,5
abaixo de -0,50%	1	0,4
<b>Total</b>	<b>280</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

Entre os setores econômicos, constata-se que a situação mais favorável é a da indústria, onde 93% das negociações realizadas resultaram em aumentos reais e menos de 1% ficou abaixo da variação do INPC-IBGE. Nos serviços, estes percentuais corresponderam a 85% e 3%, respectivamente e, no comércio, a 82% e 7% (Gráfico 2).

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

**GRÁFICO 3**  
**Distribuição dos reajustes salariais em comparação**  
**com o INPC-IBGE, por setor econômico**  
**Brasil – janeiro a junho de 2007**



Fonte: DIEESE

A Tabela 2 mostra a distribuição dos reajustes salariais que superaram a variação do INPC-IBGE em cada um dos três setores econômicos. Também aqui se nota que as negociações realizadas na indústria apresentaram melhor desempenho, com maior proporção de registros de aumentos reais mais elevados. Das 103 unidades de negociação que obtiveram ganhos no setor, cerca de 70% asseguraram-nos em patamar superior a 1%, sendo 28% em mais de 2% e 17%, em mais de 3%.

No setor de serviços, das 106 negociações que resultaram em ganhos reais, 50% os estipularam em até 1%; 43%, entre 1 e 3% e 7%, acima de 3%. Já no comércio, 86% das 36 negociações que

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

asseguraram percentuais de reajuste superiores à variação do INPC-IBGE os limitaram a até 2% e não houve nenhum registro de ganhos reais superiores a 3%.

**TABELA 2**  
**Distribuição dos reajustes salariais superiores**  
**ao INPC-IBGE, por setor econômico**  
**Brasil – janeiro a junho de 2007**

Variação	Indústria (103)		Comércio (36)		Serviços (106)	
	%	% acum.	%	% acum.	%	% acum.
de 0,01% a 1,00%	28,2	28,2	44,4	44,4	50,0	50,0
de 1,01% a 2,00%	43,7	71,8	41,7	86,1	28,3	78,3
de 2,01% a 3,00%	11,7	83,5	13,9	100,0	15,1	93,4
acima de 3,00%	16,5	100,0	0,0	-	6,6	100,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: DIEESE

O exame das informações desagregadas por região geográfica mostra o Sudeste com a menor ocorrência de conquistas superiores à inflação (82%) e maior proporção de unidades de negociação com reajustes equivalentes (12%) ou inferiores (6%) à variação do INPC-IBGE. No restante do país são poucas as diferenças: a presença de ganhos reais oscilou entre 88% no Centro-Oeste e algo próximo de 91%, no Norte.

No que diz respeito ao desempenho das negociações segundo as datas-base do primeiro semestre, nota-se que, exceto em março, mais de 88% conquistaram reajustes superiores à variação do INPC-IBGE.

Dos 280 instrumentos normativos analisados, 85% corresponderam a Convenções Coletivas de Trabalho e 15% a Acordos Coletivos de Trabalho\*\*.

A proporção de reajustes salariais inferiores, superiores ou equivalentes à variação do INPC-IBGE foi diferente, conforme o tipo de instrumento normativo, embora tanto nas convenções quanto nos acordos coletivos, a proporção de reajustes inferiores à variação do INPC-IBGE tenha sido menor do que 3%. Verificou-se maior proporção (88%) de convenções coletivas com reajustes superiores à variação do INPC-IBGE do que de acordos coletivos (83%). Essa diferença, de 5,4 pontos percentuais, praticamente se inverte quando se analisam os reajustes exatamente iguais à variação do INPC-IBGE, que ocorreram com maior frequência (14,6%) nos acordos do que nas convenções coletivas (8,8%).

Ainda de acordo com o levantamento podemos observar o comportamento das formas de aplicação dos reajustes salariais negociados pelas categorias profissionais. O parcelamento dos reajustes salariais, ou seja, a incorporação dos percentuais negociados de forma parcelada ao longo dos meses subsequentes à data-base, atingiu menos de 3% das negociações realizadas no primeiro semestre de 2007. Este recurso, que chegou a ser utilizado em 30% das negociações coletivas de 2003, gradativamente tem perdido importância. Em 2004, atingiu 8% das negociações, em 2005, chegou a 5% e, em 2006, a 3%.

Cenário bastante parecido é observado nos casos de concessão de abono salarial – valor monetário pago durante a vigência da norma coletiva e não incorporado aos salários dos trabalhadores,

\*\* Convenção Coletiva de Trabalho: documento que resulta das negociações coletivas de trabalho realizadas entre entidades sindicais representativas dos trabalhadores e entidades representativas das empresas e Acordo Coletivo de Trabalho: documento que resulta das negociações coletivas de trabalho realizadas entre entidades sindicais representativas dos trabalhadores e uma empresa ou conjunto de empresas.

que pode se somar ao reajuste ou substituí-lo parcial ou integralmente. Este artifício, que chegou a ser utilizado em 17% das negociações de 1999, permanece na casa dos 5% desde 2005.

Este movimento de queda da utilização de recursos para reduzir – ou até para substituir – os reajustes salariais, muito provavelmente foi impulsionado pelos baixos patamares inflacionários.

Os reajustes escalonados – que correspondem à aplicação de percentuais diferenciados de acordo com as faixas em que se enquadram os salários – foram estabelecidos em 10% das unidades de negociação analisadas no primeiro semestre de 2007. Até 2003, esta modalidade era utilizada como instrumento para rebaixar salários, uma vez que, na maioria dos casos, se associava a reajustes inferiores à variação da inflação para as faixas mais altas. A partir de 2006, o escalonamento passou a ser combinado com reajustes iguais ou superiores ao índice inflacionário, o que inverte a tendência de achatamento salarial provocada pela sistemática até então utilizada, dado que, na maioria das negociações<sup>††</sup>, os salários mais baixos passam a ter reajustes salariais superiores à variação do INPC-IBGE e os mais altos são reajustados em percentuais pelo menos equivalentes à variação deste índice.

Os reajustes salariais negociados durante o primeiro semestre de 2007 foram favoráveis aos trabalhadores. O empenho do movimento sindical em assegurar melhores condições de remuneração tem trazido bons resultados. Desde 2004 aumenta gradativamente a proporção de negociações que conquistam

---

<sup>††</sup> Dos 29 casos de escalonamento, a maioria (21) estabeleceu uma faixa limite para os salários abaixo da qual foram aplicados reajustes superiores à variação do INPC-IBGE e acima da qual foram concedidos reajustes salariais pelo menos equivalentes à variação deste índice. Apenas 8 deles previram “livre negociação” para a parcela dos salários situada acima do limite estabelecido.

aumentos reais no momento da data-base. A série histórica do SAS-DIEESE revela que, entre 1996 e 2003, somente em 1996 e 2000, mais de 50% das negociações analisadas garantiram ganhos reais do poder de compra dos trabalhadores. Daí a importância dos resultados apurados no primeiro semestre de 2007, que apontam que este deverá ser o quarto ano consecutivo em que serão assegurados ganhos reais para mais da metade das unidades de negociação estudadas.

É importante ressaltar que o desempenho da economia brasileira – mesmo em ritmo insuficiente – e o controle da inflação em baixos patamares têm contribuído de forma decisiva para esses resultados.

**Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Série Estudos e Pesquisas nº 36.** Acesse [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

## 2 - CONJUNTURA ECONÔMICA

O crescimento da massa salarial tem sido uma das causas do bom desempenho das vendas do comércio varejista, que expandiram em maio 0,5%, impulsionadas pelos setores de vestuário, móveis e eletrodomésticos, segundo o IBGE. Entre abril de 2006 e maio último o aumento chegou a 10,5%, com crescimento de 4,6% entre janeiro e maio. Estes dados do varejo, que superaram todas as previsões, revelam um excepcional vigor do consumo no ano, e resulta do referido crescimento da massa salarial, da queda dos juros e da manutenção da inflação em patamares baixos. Na Tabela abaixo, divulgada pelo IBGE, pode-se verificar que o aumento do volume de vendas e da receita nominal foi generalizado entre as atividades.

Às boas notícias no varejo, se somou a decisão do Copom, do último dia 18 de julho de reduzir pela 17ª vez seguida os juros básicos da economia, de 12% para 11,5% ao ano. Continua, portanto, a política gradualista de redução dos juros.

A baixa cotação do dólar, somada ao controle da inflação, facilitaram a decisão do Copom. Em 12 meses a queda do dólar foi de quase 15% e é possível que a moeda americana chegue a R\$ 1,75 no final do ano. O real deve continuar a se apreciar em relação ao dólar por causa do forte fluxo de recursos externos ao país, depois do recorde de US\$ 16,5 bilhões líquidos em junho. Uma boa parte dos recursos entra pela Bolsa de Valores de São Paulo, onde cerca de 70% do fluxo de novas ações é adquirido por estrangeiros. Os investidores externos parecem dispostos a continuar a se financiar em moedas dos países ricos, de juros baixos, com destaque para o iene, e investir em moedas como o real, de juros elevados, e ganhar a diferença nas taxas de juros mais a apreciação cambial. A redução dos juros ajuda a combater a desvalorização do dólar, na medida em que taxas menores

tendem a diminuir o apetite dos investidores por papéis brasileiros. De qualquer forma, a queda de 0,5 ponto percentual na taxa básica, não deve mudar significativamente o quadro. Até porque, o saldo comercial, outro canal vigoroso de entrada de dólares no país, tem superado todas as previsões em função da alta nos preços de commodities e de alguns bens industriais exportados pelo Brasil, apesar do aumento das importações. O governo continua comprando dólares no mercado e o nível de reservas ultrapassa os US\$ 150 bilhões.

Na pesquisa de mercado divulgada semanalmente pelo Banco Central, os analistas consultados vinham reduzindo sistematicamente a previsão de inflação anual em 2007. Nas três últimas pesquisas, a estimativa da inflação do IPCA/IBGE foi elevada, saindo de 3,59% para 3,60%, depois 3,64% e, agora, 3,68%<sup>##</sup>. Apesar do índice geral do ICV/DIEESE registrar inflação acumulada de 4,5%, nos últimos doze meses encerrados em junho, alguns grupos registraram taxas bem superiores, como é o caso de alimentação (8,62%), Educação e Leitura (5,24%) e Despesas Pessoais (6,40%), nesse mesmo período. Por outro lado, os grupos vestuário e equipamento doméstico acumulam queda de 2,68% e 2,77% respectivamente.

Um aspecto extremamente positivo, que pode ajudar no controle do preço dos alimentos, é a estimativa da safra brasileira de grãos de 2006/07, de 130,5 milhões de toneladas, 6,5% superior à safra passada. Mesmo com a redução de 3,9% na área plantada, boas condições climáticas durante todo o ciclo e agregação tecnológica impulsionaram a produção. As culturas que apresentam os maiores crescimentos em relação à safra 2005/06, foram: o milho total, com 18,9% (de 42,5 para 50,6 milhões t), soja, com 5,5% (55,0 para 58,0 milhões t) e algodão-carão, com 36% (de 1,7 para

<sup>##</sup> Conforme o Relatório de Mercado do Banco Central do dia 06 de julho referente ao IPCA/IBGE.

2,3 milhões t). Em sentido contrário, tem-se o arroz com redução de 3,5% (de 11,7 para 11,3 milhões t) e o feijão total de 3,5% (de 3,5 para 3,4 milhões t), em decorrência entre outras coisas da troca de área entre as culturas, do baixo preço do produto no mercado e da falta de chuvas nos meses de março e abril na região Centro-Oeste. Entressafra, aumento do consumo, e queda na produção na Austrália e Nova Zelândia, são algumas das explicações para a grande elevação no preço do leite.

O setor bancário dá sinais de que este deve ser mais um ano de lucros recordes. O balanço do primeiro trimestre<sup>§§</sup> dos cinco maiores bancos do país – Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Bradesco, Itaú e ABN Amro Real – registrou um expressivo crescimento de 27,8% do lucro líquido. Entre eles, o ABN Amro Real registrou o maior crescimento (56,5%) do lucro líquido, saltando de R\$ 418 milhões em março de 2006 para R\$ 654 milhões no 1º trimestre de 2007. O Itaú contabilizou o maior lucro líquido trimestral de 2007, no valor de R\$ 1,9 bilhão. O Bradesco obteve o segundo maior lucro (R\$ 1,7 bi), projetando uma rentabilidade anualizada de 30,16% - oito vezes a inflação prevista para 2007, estimada pelo mercado em 3,68%. Assim, os acionistas do banco recuperam todo capital próprio investido no período de aproximadamente três anos, podendo inclusive criar um outro Bradesco de porte similar.

No setor público persistem algumas greves que, em grande parte delas, têm como objetivo reestruturar Planos de Carreiras com rebatimento salarial, já prevendo agosto, prazo em que o governo envia para o Congresso a LOA 2008 - Lei Orçamentária Anual. Ganha espaço na mídia e no interior do Governo, a revitalização do debate quanto à discussão da figura jurídica da "Fundação Estatal" de Direito Privado que, de certa forma, ressuscita os

<sup>§§</sup> Os dados do BB, CEF referem-se ao Banco Múltiplo, já o Itaú, Bradesco e ABN Amro Real divulgaram apenas dados do conglomerado.

esqueletos do Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE do Ex-Ministro Bresser Pereira do 1º Mandato de FHC, entre 1995 e 1998). Nesta discussão está presente a possibilidade, inclusive, de contratação de servidores através do regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Permanece forte também, a reação por parte das entidades representativas de servidores quanto ao PL 01, medida que veio com a divulgação do PAC em janeiro e que limita o crescimento de gastos com pessoal no Governo Federal (teto = inflação + 1,5% ao ano)

Na frente externa, nenhum fato mais relevante que mude significativamente as atuais tendências dominantes. Pelas recentes declarações do Presidente do FED estadunidense as taxas de juros dos EUA não vão mais cair, o que reforça a tendência de afluxo de capitais para o Brasil. Segue o dinamismo chinês, superando todas as expectativas e projetando taxa de crescimento do PIB anual a algo próximo a 11%. Ainda repercute o fracasso da tentativa do G-4 (União Européia, EUA, Índia e Brasil) de viabilizar a retomadas das negociações da Rodada Doha, da OMC, na reunião de Potsdam. Tudo indica que os impasses desta negociação devem continuar. Os acordos no âmbito da OMC ou mesmo os bilaterais estão ainda mais difíceis, na medida em que expirou em 30/06 o TPA (Trade Promotion Authority<sup>\*\*\*</sup>) dado pelo Congresso ao executivo dos EUA para negociar acordos.

**Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.** Acesse [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br).

<sup>\*\*\*</sup> Autorização para a promoção do comércio.

### 3 - INDICADORES ECONÔMICOS

#### 3.1 – Mercado de Trabalho

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego mostram que, em julho, o contingente de desempregados no conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada foi estimado em 3.043 mil pessoas, 27 mil a menos do que no mês anterior (Tabela 1).

**TABELA 1**  
**Taxa (%) de Desemprego nas Regiões Metropolitanas e no DF**

Regiões Metropolitanas	Em porcentagem				
	Jul/06	Jun/07	Jul/07	Variação	
				Jul/07 Jun/07	Jul/07 Jul/06
<b>Total</b>	<b>17,3</b>	<b>15,9</b>	<b>15,7</b>	<b>-1,3</b>	<b>-9,2</b>
Distrito Federal	18,0	18,1	17,7	-2,2	-1,7
Belo Horizonte	14,0	12,7	12,3	-3,1	-12,1
Porto Alegre	14,9	14,4	13,8	-4,2	-7,4
Recife	21,0	20,5	20,3	-1,0	-3,3
Salvador	23,9	22,0	21,5	-2,3	-10,0
São Paulo	16,7	14,9	15,0	0,7	-10,2

**Fonte:** Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

A taxa de desemprego total variou de 15,9%, em junho, para 15,7%, em julho (Tabela 2), refletindo o comportamento das taxas de desemprego aberto, que passou de 10,9% para 10,8%, e oculto, que permaneceu estável em 5,0%.

**TABELA 2**  
**Taxas de Desemprego**

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	Jul/06	Jun/07	Jul/07	Jul/07 Jun/07	Jul/07 Jul/06	Jul/07 Jun/07	Jul/07 Jul/06
<b>População em Idade Ativa</b>	<b>31.285</b>	<b>31.827</b>	<b>31.874</b>	<b>47</b>	<b>589</b>	<b>0,1</b>	<b>1,9</b>
População Economicamente Ativa	18.938	19.304	19.322	18	384	0,1	2,0
Ocupados	15.667	16.234	16.279	45	612	0,3	3,9
Desempregados	3.271	3.070	3.043	-27	-228	-0,9	-7,0
Em Desemprego Aberto	2.192	2.103	2.085	-18	-107	-0,9	-4,9
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	716	673	651	-22	-65	-3,3	-9,1
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	362	294	307	13	-55	4,4	-15,2

**Fonte:** Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

No mês em análise, o nível de ocupação permaneceu relativamente estável (0,3%). O pequeno número de postos de trabalho gerados (45 mil), no entanto, foi suficiente para absorver a ainda menor entrada de pessoas no mercado de trabalho (18 mil), resultando na ligeira diminuição do estoque de desempregados (27 mil). O contingente de ocupados nas seis regiões foi estimado em 16.279 mil pessoas e a População Economicamente Ativa, em 19.322 mil.

A taxa de desemprego total diminuiu na maioria das regiões pesquisadas. Suas variações relativas foram de: 4,2% em Porto Alegre; 3,1% em Belo Horizonte; 2,3% em Salvador; 2,2% no Distrito Federal; e 1,0% em Recife. Apenas em São Paulo a taxa permaneceu relativamente estável. O nível de ocupação metropolitano refletiu as variações positivas ocorridas no Distrito Federal (1,1%), Salvador (0,8%), Belo Horizonte (0,7%) e Porto

Alegre (0,7%), que mais que compensaram a pequena variação negativa em Recife (0,3%) e a estabilidade em São Paulo.

O desempenho do nível ocupacional no conjunto das regiões pesquisadas deveu-se, principalmente, ao crescimento da Indústria (60 mil) e, em menor medida, da Construção Civil (16 mil) e do Comércio (7 mil), já que os Serviços eliminaram 43 mil ocupações (Tabela 3).

**TABELA 3**  
**Ocupação por Setor de Atividade**

Setores de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (em %)	
	Jul/06	Jun/07	Jul/07	Jul/07	Jul/07	Jul/07	Jul/07
<b>Total</b>	<b>15.667</b>	<b>16.234</b>	<b>16.279</b>	<b>45</b>	<b>612</b>	<b>0,3</b>	<b>3,9</b>
Indústria	2.498	2.518	2.578	60	80	2,4	3,2
Comércio	2.531	2.649	2.656	7	125	0,3	4,9
Serviços	8.385	8.774	8.731	-43	346	-0,5	4,1
Construção Civil (2)	810	822	838	16	28	1,9	3,5
Outros (3)	1.443	1.471	1.476	5	33	0,3	2,3

**Fonte:** Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

- (1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.
- (2) Inclui reformas e reparação de edificações.
- (3) Incluem serviços domésticos e outros setores de atividade não mencionados.

Por posição ocupacional, registrou-se crescimento do assalariamento no setor privado (76 mil) e, em menor proporção, no setor público (7 mil). No primeiro, observou-se aumento tanto do assalariamento com carteira de trabalho assinada (41 mil), como do sem carteira (35 mil). O número de trabalhadores autônomos permaneceu relativamente estável (+ 5 mil) e reduziram-se os contingentes de empregados domésticos (9 mil) e

daqueles classificados no agregado outras posições ocupacionais (39 mil) (Tabela 4).

**TABELA 4**  
**Ocupados por posição na ocupação**

Posição na Ocupação	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (em %)	
	Jul/06	Jun/07	Jul/07	Jul/07	Jul/07	Jul/07	Jul/07
<b>Total</b>	<b>15.667</b>	<b>16.234</b>	<b>16.279</b>	<b>45</b>	<b>612</b>	<b>0,3</b>	<b>3,9</b>
Total de Assalariados	10.211	10.611	10.699	88	488	0,8	4,8
Setor Privado	8.407	8.798	8.874	76	467	0,9	5,6
Com Carteira Assinada	6.558	7.015	7.056	41	498	0,6	7,6
Sem Carteira Assinada	1.849	1.783	1.818	35	-31	2,0	-1,7
Setor Público	1.806	1.812	1.819	7	13	0,4	0,7
Autônomos	2.935	2.976	2.981	5	46	0,2	1,6
Empregados Domésticos	1.310	1.343	1.334	-9	24	-0,7	1,8
Outros (2)	1.211	1.304	1.265	-39	54	-3,0	4,5

**Fonte:** Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

(2) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

Entre maio e junho de 2007, diminuíram os rendimentos médios reais de ocupados (0,5%) e assalariados (1,1%), no conjunto das regiões pesquisadas. Em valores monetários, esses rendimentos passaram a equivaler a R\$ 1.052,00 e R\$ 1.126,00, respectivamente.

Quando detalhada por região, nota-se que tal redução deveu-se apenas ao comportamento do rendimento médio real dos ocupados em São Paulo, que decresceu 2,7% e passou a valer R\$ 1.111. Nas demais regiões, esse rendimento aumentou: em Porto Alegre (3,3%, correspondendo a R\$ 1.046); Salvador (3,2%, R\$

837); Belo Horizonte (1,9%, R\$ 970); Distrito Federal (1,8%, R\$ 1.501); e Recife (1,1%, R\$ 671).

Em relação a julho de 2006, o nível de ocupação no conjunto das regiões pesquisadas cresceu 3,9%, resultado superior ao verificado no mesmo período do ano anterior (Gráfico 2). Como o número de ocupações geradas (612 mil) foi maior que o de pessoas que entraram no mercado de trabalho metropolitano (384 mil), o contingente de desempregados diminuiu em 228 mil pessoas. A taxa de participação passou de 60,5% para 60,6%, no período analisado.

O desempenho favorável do nível de ocupação resultou da geração de novos postos de trabalho em todas as regiões pesquisadas: 8,2% em Salvador; 5,1% em Belo Horizonte; 4,0% em Porto Alegre; 3,3% no Distrito Federal; 3,2% em São Paulo; e 2,1% em Recife.

Todos os setores de atividade analisados aumentaram o número de postos de trabalho: nos Serviços, 346 mil (crescimento de 4,1%), no Comércio, 125 mil (4,9%), na Indústria, 80 mil (3,2%), no agregado Outros Setores, 33 mil (2,3%) e na Construção Civil, 28 mil (3,5%).

Por posição na ocupação, o assalariamento aumentou no setor privado (467 mil pessoas) e, em menor medida, no setor público (13 mil). O desempenho do assalariamento no setor privado deveu-se à elevação do emprego com carteira de trabalho assinada (498 mil), uma vez que o emprego sem carteira diminuiu (31 mil). Também cresceram os contingentes de autônomos (46 mil), empregados domésticos (24 mil) e os agregado em outras posições ocupacionais (54 mil).

Nos últimos 12 meses, a taxa de desemprego total no conjunto das seis regiões onde a PED é realizada diminuiu de 17,3% para 15,7%. Segundo suas componentes, reduziram-se as taxas de desemprego aberto (de 11,6% para 10,8%) e oculto (de 5,7% para 5,0%).

Entre junho de 2006 e de 2007, o rendimento médio real dos ocupados aumentou 2,3%, comportamento que se verificou, com diferentes intensidades, em quase todas as regiões pesquisadas: Salvador (9,0%); Recife (8,5%); Porto Alegre (7,5%); Distrito Federal (5,1%); e Belo Horizonte (3,5%). A exceção foi São Paulo, onde esse rendimento permaneceu relativamente estável (-0,2%).

Quanto ao **mercado de trabalho formal** brasileiro, no mês de julho, a Indústria de Transformação respondeu pela geração de 28.996 postos no país, o que representou uma expansão de 0,43% no estoque de empregos deste segmento verificado em junho.

Os subsetores que mais se destacaram foram a Indústria de Produtos Alimentícios, com 5.562 postos, a Indústria de Material de Transportes (4.879 postos), Indústria Metalúrgica (4.453 postos) e Indústria Mecânica (4.324).

O Caged é divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e registra mensalmente todas as contratações e demissões regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ficam de fora da estatística os servidores públicos e empregados domésticos.

Nos primeiros sete meses deste ano a Indústria de Transformação apresentou um crescimento de 328.505 postos de trabalho com carteira assinada, o que levou a uma expansão de 5,07% no total de vagas do setor.

De acordo com do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Indústria de Transformação foi o segundo setor econômico que mais contribuiu para a geração de empregos formais no país, respondendo por 26,9% do total de postos (1.222.495) no período de janeiro a julho deste ano. O segmento ficou atrás apenas do setor de Serviços, que registrou um saldo de 365.717 vagas.

O subsetor que mais se destacou foi a Indústria de Produtos Alimentícios e Bebidas, com um saldo de 115.380 postos de trabalho, seguido pela Indústria Têxtil (36.191), Indústria Metalúrgica (34.485), Indústria de Material de Transporte (32.106) e Indústria Mecânica (28.456), conforme Tabela 5.

Dentre os estados, São Paulo foi o que teve a maior ampliação de vagas de trabalho (167.314), seguido pelo Paraná (46.841) e Minas Gerais (38.806). Já o estado de Alagoas registrou 33.441 demissões, maior retração do setor, enquanto Pernambuco teve um saldo negativo de 15.927 postos.

**TABELA 5**  
**Evolução do emprego na Indústria da Transformação**  
**Brasil - janeiro a julho de 2007**

SUBSETORES	SALDO DE EMPREGOS
IND. PROD. ALIMENT. BEBIDAS	115.380
IND. TEXTIL, VESTUÁRIO	36.191
IND. METALÚRGICA	34.485
IND. MATER. DE TRANSPORTE	32.106
IND. MECÂNICA	28.456
IND. QUIM., PROD. FARM. VETER.	19.553
IND. CALÇADOS	15.920
IND. BORRAC., FUMO, COUROS	15.088
IND. MATER. ELÉTRIC. E COM.	10.011
IND. MADEIRA E MOBILIÁRIO	8.548
IND. PROD. MIN. NÃO MET.	7.365
IND. PAPEL, PAPELÃO, EDITOR.	5.402
<b>TOTAL</b>	<b>328.505</b>

Fonte: CAGED/MTE

### 3.2 – Taxas de Inflação

Em julho, o custo de vida no município de São Paulo apresentou deflação de 0,30%. Em junho, a taxa havia sido positiva (0,15%). A diferença de um mês em relação ao outro ficou em -0,45 pontos percentuais (pp.). O cálculo é do DIEESE e verificou que basicamente dois grupos de despesas pressionaram a inflação: Alimentação (1,04%) e Despesas Pessoais (1,40%). Juntos os dois contribuíram com 0,32 pp. no cálculo da taxa de julho.

**TABELA 1**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Variação por grupo**  
**Município de São Paulo – julho 2007**

GRUPOS	VARIAÇÃO (em%)
<b>ICV- TOTAL GERAL</b>	<b>-0,30</b>
Alimentação	1,04
Habitação	-2,08
Transporte	-0,82
Despesas Pessoais	1,40
Vestuário	-0,66

Fonte: ICV-DIEESE  
Elaboração: SS DIEESE CNTI

Por outro lado, outros dois grupos colaboraram com a queda da inflação: Habitação (-2,08%), influenciada pela forte baixa no preço da energia elétrica, e Transporte (-0,82%).

Nos últimos 12 meses (entre agosto de 2006 e julho último), o ICV-DIEESE acumula alta de 4,33 %. Nos primeiros sete meses deste ano (de janeiro a julho), a taxa é de 2,31%. As taxas mensais, de janeiro a julho de 2006, comparadas a igual período de 2007,

revelam níveis superiores em praticamente todos os meses de 2007, exceção de março (0,25%), quando a taxa foi inferior à de mar/06 (0,52%) e à de jul/07 (-0,30%), período que acusou maior deflação do o mesmo mês em 2006 (-0,14%).

As taxas anuais de 2006, compreendidas entre janeiro e maio, apesar de elevadas, revelam comportamento acentuadamente decrescente. No restante dos meses, estas taxas se mantêm em patamares baixos, com pequenas oscilações. O ano de 2006 terminou com inflação de 2,57%. Em 2007, as taxas anuais acusam comportamento diferente de igual período de 2006, ou seja, estas se mostram crescentes ao longo deste ano, com ligeira queda em março e julho.

**TABELA 2**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Taxa geral e por estrato de renda**  
**Município de São Paulo**

Índices	Junho 2007 %	Julho 2007 %	Diferença pp.
<b>Geral</b>	<b>0,15</b>	<b>-0,30</b>	<b>-0,45</b>
Estrato 1	0,48	-0,28	-0,76
Estrato 2	0,22	-0,32	-0,54
Estrato 3	0,03	-0,29	-0,32

Fonte: DIEESE

As taxas mensais e anuais para o índice geral e por estrato de renda††† para os grupos e subgrupos do ICV-DIEESE, encontram-se na Tabela 2.

††† O DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís de estratos de renda das famílias paulistas. O estrato 1, que corresponde à

O IPCA, calculado pelo IBGE desde 1980, se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país e 2 municípios, também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação. O índice do mês de julho teve variação de 0,24 % e ficou abaixo do resultado de 0,28% registrado em maio e junho. Considerando o resultado acumulado no ano, o IPCA situou-se em 2,32%, mais alto do que em igual período de 2006 (1,73%). Nos últimos doze meses, o acumulado ficou em 3,74%, um pouco acima da taxa de 3,69% registrada nos doze meses imediatamente anteriores. Em julho de 2006, o índice havia ficado em 0,19%.

Em julho, os produtos alimentícios atingiram alta de 1,27% e os não alimentícios registraram deflação de 0,03% no mês. Com isto, o grupo Alimentação e Bebidas foi responsável pela contribuição de 0,27 ponto percentual no IPCA e o grupo dos produtos não alimentícios ficou com -0,03 ponto percentual. Nos **alimentos**, o destaque foi o item **Leite e Derivados**, pressionado por **leite pasteurizado** que, em função da menor oferta, registrou alta de 11,31%.

Além dos **alimentos**, os itens que se destacaram por exercerem pressão sobre o IPCA do mês foram: **empregados domésticos** (1,14%), **telefone fixo** (0,60%), **ônibus interestadual** (4,78%), **cigarro** (0,88%) e **plano de saúde** (0,69%). A variação de 1,14%

---

estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média = R\$ 377,49), o estrato 2, que contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17) e o estrato 3, que reúne as famílias de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90). Os níveis de rendimento referem-se aos valores definidos para junho de 1996, quando da implantação da atual ponderação do ICV.

nos **salários dos empregados domésticos** mostra reflexos do reajuste anual do salário mínimo, que passou de R\$ 350,00 para R\$ 380,00 a partir do dia primeiro de abril. As contas de **energia elétrica**, 3,01% mais baratas, registraram o principal fator que levou à redução da taxa do IPCA de junho para julho, numa contribuição individual de -0,11 ponto percentual no mês. As contas da região metropolitana de **São Paulo**, que passaram a custar menos 9,12%, também foram destaque no mês. O resultado foi consequência da queda de 12,66% nas tarifas a partir do dia 4 de julho.

O INPC, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico, porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões. O INPC apresentou variação de 0,32% em julho, resultado muito próximo ao de junho (0,31%). Com o índice de junho, o acumulado do ano situou-se em 2,53% e ficou acima da taxa do ano passado (1,18%). Na perspectiva dos últimos doze meses, situou-se em 4,19%, também acima do resultado de 3,97% relativo aos doze meses imediatamente anteriores. Em julho de 2006 o índice foi de 0,11%.

No índice do mês, os **produtos alimentícios** apresentaram variação de 1,36%, enquanto os **não alimentícios** caíram 0,08%.

**TABELA 3**  
**Taxas de Inflação**  
**Brasil – 2004 – 2007**

Período	(em %)		
	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
2004	7,70	6,13	7,60
2005	4,53	5,05	5,69
2006	2,57	2,81	3,14
Jan-07	0,95	0,49	0,44
Fev-07	0,21	0,42	0,44
Mar-07	0,25	0,44	0,37
Abr-07	0,41	0,26	0,25
Mai-07	0,63	0,26	0,28
Jun-07	0,15	0,31	0,28
Jul-07	-0,30	0,32	0,24
ACUMULADO 2007	2,32	2,53	2,32
<b>DATA BASE 1° DE AGOSTO DE 2007</b>	<b>4,34</b>	<b>4,19</b>	<b>3,74</b>

Fonte: DIEESE e IBGE

### 3.3 – Cesta Básica

O acompanhamento mensalmente da evolução de preços de treze produtos de alimentação, definido pelo Decreto Lei no 399, de 30/04/1938, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los, em 16 capitais brasileiras, permite ao DIEESE realizar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho necessárias ao

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens e o salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente.

**TABELA 1**  
**Pesquisa Nacional da Cesta Básica**  
**Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais**  
**Brasil – Julho de 2007**

Capital	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	Varição no ano (%)
João Pessoa	143,55	40,91	83h 06min	7,22
Natal	148,30	42,26	85h 51min	5,39
Porto Alegre	200,97	57,27	116h 21min	7,91
Recife	143,48	40,89	83h 04min	8,58
Florianópolis	173,27	49,37	100h 19min	2,77
Rio de Janeiro	177,71	50,64	102h 53min	3,69
Aracaju	142,98	40,74	82h 47min	3,90
Salvador	137,88	39,29	79h 50min	2,28
Brasília	172,30	49,10	99h 45min	0,26
Belém	154,58	44,05	89h 30min	-1,64
São Paulo	186,98	53,28	108h 15min	2,71
Vitória	164,04	46,74	94h 58min	3,71
Goiânia	152,35	43,41	88h 12min	-0,06
Curitiba	167,85	47,83	97h 11min	-0,08
Belo Horizonte	162,37	46,27	94h 00min	-5,32
Fortaleza	130,83	37,28	75h 45min	-1,57

Fonte: DIEESE

Na Tabela 1 podemos verificar o valor da cesta, em julho de 2007, nas capitais assim como o percentual do salário mínimo líquido<sup>+++</sup>

<sup>+++</sup> Após a dedução da parcela referente à Previdência Social.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

necessário para adquiri-la, quanto tempo o trabalhador utiliza do seu trabalho para comprá-la e a variação no ano.

As elevações mais expressivas ocorreram em João Pessoa (7,07%) e Natal (6,52%). As principais retrações foram apuradas em Fortaleza (-4,40%), Belo Horizonte (-2,08%) e Curitiba (-1,81%). Porto Alegre, que registrou a terceira maior alta no valor da cesta (3,65%), continuou a apresentar o maior custo para a cesta básica (R\$ 200,97), distanciando-se da de São Paulo onde o preço teve leve recuo (-0,25%) e ficou em R\$ 186,98. O terceiro maior valor foi apurado no Rio de Janeiro (R\$ 177,71). As cestas com menor custo foram encontradas em Fortaleza (R\$ 130,83), Salvador (R\$ 137,88) e Aracaju (R\$ 142,98).

O salário mínimo necessário estimado com base no valor apurado para a cesta em Porto Alegre, deveria ser em julho, R\$ 1.688,35. Este valor é quase R\$ 40,00 maior que o calculado para junho (R\$ 1.628,96). O mínimo necessário estimado para julho equivale a 4,44 vezes o vigente (R\$ 380,00), enquanto no mês anterior correspondia a 4,28 vezes.

Para comprar os produtos que compõem a cesta básica, o trabalhador que ganha salário mínimo, teve que cumprir, em julho, na média das 16 capitais pesquisadas, uma jornada de 92 horas e 37 minutos, pouco mais de uma hora superior à exigida em junho (91 horas e 33 minutos). Em comparação com julho de 2006, o tempo de trabalho necessário é menor, pois naquele mês era necessária uma jornada de 94 horas e 10 minutos. Quando se considera o percentual do salário mínimo líquido comprometido com a aquisição - após o desconto da parcela referente à Previdência Social - verifica-se que, em julho, 45,58% do valor recebido eram empregados na compra dos mesmos itens que no mês anterior exigiam 45,06%. Em julho do ano passado eram necessários 46,35%.

Fonte: DIEESE E IBGE

## 4 – DESEMPENHO SETORIAL

### 4.1 – Indústria Geral

Os índices da produção industrial para o mês de junho, calculados pelo IBGE, confirmaram um maior ritmo da atividade fabril. O setor registrou aumento de 1,2% na passagem de maio para junho. O indicador acumulado é de 6,8% de crescimento entre setembro de 2006 e junho de 2007. Em relação a junho de 2006, a expansão foi de 6,6%. O indicador acumulado para o primeiro semestre do ano chegou a 4,8%. A taxa anualizada - acumulado nos últimos 12 meses - (3,9%) registrou aceleração frente ao resultado de maio (3,3%).

Esse movimento de crescimento na indústria está em linha com a evolução das estatísticas mais recentes do comércio varejista, do mercado de trabalho e do desempenho do setor agrícola.

Dos 23 ramos industriais 18 apresentaram crescimento entre maio e junho de 2007. Entre os que determinaram o comportamento global **positivo**, destacaram-se **refino de petróleo e produção de álcool (3,6%)**, **farmacêutica (6,7%)**, **veículos automotores (1,2%)**, **metalurgia básica (1,7%)**, **celulose e papel (3,4%)** e **produtos de metal (3,4%)**. As principais pressões **negativas** vieram de **alimentos (-0,7%)**, **bebidas (-1,0%)** e **fumo (-5,7%)**.

Na comparação com junho de 2006, a maioria (22) dos 27 setores pesquisados exibiu índices positivos, sendo que **máquinas e equipamentos (20,6%)** se manteve como a indústria de maior impacto **positivo** na formação da taxa global, seguida por **veículos automotores (12,9%)**, **outros produtos químicos (10,8%)**, **extrativa (8,5%)** e **metalurgia básica (7,6%)**. Entre as cinco atividades que mostraram **queda** em relação a junho de

2006, destacaram-se **fumo (-12,6%)** e **material eletrônico e equipamentos de comunicações (-4,0%)**.

No primeiro semestre deste ano, frente a igual período de 2006, o crescimento da produção industrial global (4,8%) resultou do predomínio de taxas positivas, que atingiram 20 das 27 atividades pesquisadas, com a maior contribuição positiva vindo de **máquinas e equipamentos (17,5%)**, onde se observou aumento em aproximadamente 80% dos 81 produtos acompanhados. Também vale destacar os desempenhos **positivos** de **veículos automotores (8,9%)**, **metalurgia básica (8,2%)**, **alimentos (3,3%)**, **máquinas para escritório e equipamentos de informática (21,2%)**, **outros produtos químicos (5,3%)** e **indústria extrativa (5,7%)**..

Na análise regional, no primeiro semestre de 2007, a atividade industrial cresceu em todos os quatorze locais pesquisados, com quatro deles acima da média nacional (**4,8%**): Rio Grande do Sul (8,5%), Minas Gerais (7,9%), Paraná (7,0%) e Pernambuco (6,4%). Eles confirmaram o padrão de crescimento observado na indústria brasileira, uma vez que suas estruturas industriais têm forte presença de segmentos associados à recuperação do setor agrícola e de fabricação de automóveis, além da elevada produção de *commodities* exportadoras como minérios de ferro. Os demais resultados foram: Santa Catarina (4,8%), Espírito Santo (4,3%), São Paulo (4,1%), Pará (3,5%), Rio de Janeiro (2,3%), região Nordeste (2,2%), Goiás (1,6%), Ceará (0,5%), Bahia (0,3%) e Amazonas (0,2%).

De acordo com análise do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) mesmo com a valorização do real em relação ao dólar, que dificulta exportações, a indústria entrou no segundo semestre prevendo a manutenção do ritmo forte de crescimento do primeiro semestre. Setores importantes, como os de papelão,

siderúrgico e petroquímico, mostram expansão. Tudo isso em resposta à demanda do mercado interno.

Segundo pesquisa feita pela entidade as expectativas são as melhores possíveis. O setor de papelão ondulado, que movimentou o mercado de embalagens, apresentou um crescimento de 6% nas vendas no primeiro semestre e o ritmo deve ser mantido no segundo. A mesma expectativa também acompanha os produtores de borracha sintética, que observaram um aumento na demanda de 15%. Além do setor de aço que também vai muito bem.

Porém, apesar do cenário geral favorável, muitas indústrias evitam fazer contratação de pessoal e estão apostando nos aumentos de produtividade. Na pesquisa do Ciesp, apenas 35% das empresas ouvidas pretendem contratar mão-de-obra.